

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR DOUTOR EDVALDO BRITO NA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

Edvaldo Pereira De Brito

— Vô! O que é academia de letras?

Resposta:

— É um lugar onde se reúnem as pessoas que escrevem livros para conversarem sobre coisas bonitas que pensam. Bjs

E a interlocução termina:

— Obrigado

Este diálogo travou-se no tempo de dois minutos, entre uma neta de 9 anos, MARINA e o avô de 82.

Era quinta-feira, 17 de outubro de 2019, entre 19h45 e 19h47. Imediatamente, após ser divulgada a eleição do avô para a Academia de Letras da Bahia.

Cenário: o *WhatsApp*.

Ilustre presidente, **JOACI FONSECA DE GÓES**, comentarei, adiante, este episódio. Agora, permiti-me vós que, em vosso nome, saúde acadêmicos, amigas e amigos que, em tão grande número, vêm, com suas presenças, dar relevo à minha posse no mais antigo cenáculo das letras na Bahia, porque, aqui, reúnem-se, desde 1724, as pessoas que dedicam sua vida ao **“cultivo da língua e da literatura nacionais, a preservação da memória cultural bahiana e o amparo e estímulo às manifestações da mesma natureza, inclusive, nas áreas da ciências e das artes”**.

1724, aqui, fundou-se a *Academia Brasílica dos Esquecidos* idealizada pelo coronel SEBASTIÃO DA ROCHA PITA e instituída por determinação do vice-rei do Estado do Brasil, VASCO FERNANDES CESAR DE MENESES. Associaram-se: um padre, dois desembargadores, um juiz de fora, dois militares e uma pessoa da sociedade. Significa que a entidade nasceu comunitária. Durou menos de um ano.

35 anos depois deu origem à *Academia Brasílica dos Renascidos*, também de breve existência e cuja finalidade seria a de escrever a história da América portuguesa.

É simbólico o soneto, ao estilo *italiano*, de ROCHA PITA:

Amor com amor se paga e amor com amor se apaga

Deste Apótema vigilante, e cego

Uma parte confirmo, outra reprovo.

Que o Amor com Amor se paga provo

Que o Amor como Amor se apaga nego.

Tendo os Amores um igual sossego,
Se estão pagando a fé sempre de novo,
Mas a crer que se apagam me não movo,
Sendo fogo, a e matéria Amor, e emprego.

Se de incêndios costuma Amor nutrir-se,
Uma chama com outra há de aumentar-se,
Que em si mesmas não devem consumir-se

Com razão deve logo duvidar-se
Quando um Amor com outro sabe unir-se
Como um fogo com outro há de apagar-se?

Quase 200 anos passaram-se, até fundar-se esta Academia que, há mais de um século, mantém o ideal de *preservar a memória cultural bahiana*.

Toda essa história revela a função do **tempo** na vida humana — mítico e místico.

Cantado em prosas e em versos; até musicado; o **tempo** é o lapso, dentro do qual se sucedem os acontecimentos protagonizados pelo homem que, assim, obtém a noção do passado, do presente e, até, do futuro.

O **tempo** de ROCHA PITTA, o daqueles que pensaram a Academia dos **Renascidos** ou mesmo daqueles que fundaram, há 102 anos, esta Casa, é o de espaço diverso do de hoje. Basta ler o seu simbólico soneto típico do *lirismo*.

O **tempo** de MARINA, o de hoje, é o do *pragmatismo*: é o da busca dos resultados práticos concebidos para cada objeto do conhecimento humano.

É indubitável que, neste momento, considere-se esta Casa inserida no contexto tecnológico deste **tempo** digital, que, lamentavelmente, faz sobrar pouca oportunidade para o *lirismo*.

O **tempo** que exige igualar-se, na rapidez dos acontecimentos, os 9 anos de uma neta, aos 82 do interlocutor, seu avô, que teve de integrar-se nesta era para, com a mesma velocidade com a qual, agora, difundem-se os conhecimentos, não comprometer a comunicação.

Assim, entro neste sodalício com a certeza de que é uma associação, na qual as pessoas têm o objetivo de conversar sobre coisas bonitas, na perspectiva do **tempo** de MARINA. O contrário seria mentir para MARINA, minha neta e, enfim, para mim mesmo.

Que outro propósito far-me-ia, aos 82 anos de idade, postular esse ingresso, senão o do mesmo objetivo dos confrades com quem, já, sabia, irei, aqui, conviver?

Declarei-o, sem reserva mental, no momento da aceitação, determinada pelo §6º do art.51 do Regimento desta Academia.

Declarei, então, que a razão de minha súplica, feita com a humildade de quem roga, de quem implora, a admissão em um sadio ambiente, como este, está no desejo de conviver com a **memória** de pessoas que protagonizam a minha vida e com as **energias positivas** dos vivos que constituem este grupo consciente, sem dúvida, de que a espontaneidade da definição do avô para a sua neta é a tônica da convicção de que um acadêmico não precisa arrostar com vaidade, com soberbia, porque a aquisição da **imortalidade**, no instante em que o eleito transpõe os umbrais desta Casa, há de fazer, cada qual, sobreviver indefinidamente à sua morte, conservando suas características pelo cultivo de suas qualidades, feito pelos pósteros.

É a imortalidade da alma.

A vida nesta Casa torna o acadêmico efetivo e perpétuo. É a regra do art.5º do seu Estatuto, ao vedar a renúncia ao título e ao impedir que dele possa ser despojado.

É a **imortalidade** conceituada na inscrição “*À l’immortalité*” (para a imortalidade) que **RICHELIEU** inscreveu no selo oficial que ofertou à Academia Francesa, por ele fundada, em 1635, com o propósito de que fosse a associação de homens de letras responsáveis por redigir um dicionário a fim de conservar a língua francesa e, quando ali ingressassem, permanecessem por toda a sua existência e os seus sucessores deveriam tecer o elogio da vida do seu imediato predecessor e daqueles componentes da cadeia sucessória.

É a **imortalidade** descrita, desde a fundação, em 1897, no brasão da Academia Brasileira de Letras “*Ad immortalitatem*” (rumo à imortalidade).

Eis o mistério da sobrevivência indefinida à morte, de quantos assomam a esta tribuna legitimados pelos que o admitiram neste ajuntamento de pessoas que, nos termos do Estatuto da agremiação, visam o cultivo da língua e da literatura nacionais, das artes e das ciências, em geral.

Que **memórias**, aqui, nesta Casa, protagonizam minha vida? As de:

ORLANDO GOMES - convivemos, intimamente, por 35 anos, desde 1954 quando me mudei de Muritiba para Salvador e mantinha contato, levando-lhe as mensagens do meu chefe de escritório, o Prof. ALBÉRICO FRAGA; depois, vivendo com ele por todo o tempo do curso de Bacharelado (1959 a 1962), no qual fui seu aluno durante 4 anos; cheguei a privar de cama e mesa em sua casa, amigo-irmão que fui de seu filho MARCELO GOMES. Integrei sua *banca de advocacia* e hoje sou coordenador e elaborador da atualização de sua obra. Sua memória dá-me, ainda, régua e compasso no mundo acadêmico. Foi meu Paraninfo da turma de 1962 na qual fui o Orador Oficial, na Faculdade de Direito da Universidade Federal a Bahia. Tenho, hoje, a responsabilidade de atualizar boa parte de sua riquíssima obra jurídica e coordenar a atualização de todas elas. Vivo a buscar alcançar-lhe o brilho; como tal é impossível, não desisto de tentar porque, com esse propósito, mantenho-me a pesquisar e a estudar à sua semelhança.

JORGE CALMON - Fez o discurso de minha recepção, em 13 de julho de 1990, na Academia de Letras de Ilhéus, onde ocupo a cadeira nº28, cujo patrono é

JUNQUEIRA FREIRE e fundador e 1º titular, ORLANDO GOMES. Juntos participamos da administração da Associação Cultural Brasil Estados – ACBEU de que ele é fundador e eu atribui o seu nome a um dos estabelecimentos de ensino do idioma.

JOSAPHAT MARINHO - Meu professor de Direito Constitucional que, em 18 de setembro de 1959, designou-me para falar na sala de aula sobre a Constituição de 1946 nos seus 13 anos de promulgação. Encantavam as suas aulas. Senador da República, seu filho Paulo Marinho, passou a conviver conosco, meu colega que era no Gabinete do reitor da Universidade Federal da Bahia. JOSAPHAT é o prefaciador do meu livro “Limites da Revisão Constitucional” e me recebeu, com discurso memorável, em 19 de agosto de 1991, na Academia de Letras Jurídicas da Bahia, para ocupar a cadeira nº14, de que sou o 1º Titular, cujo patrono é ARISTIDES MILTON.

A cadeira 24 que, aqui, ocupou tem a feliz sucessão na pessoa do professor PAULO FURTADO com quem convivi, enquanto exerci a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia, ele como meu chefe de gabinete. Pude conhecer de perto um dos estilos literários mais aprimorados e uma invejável redação, pelo estilo e pelo conteúdo semântico dos signos empregados. Desembargador ao Tribunal de Justiça da Bahia, ao qual presidiu com honradez; governador interino do Estado, o acadêmico merece todas as minhas homenagens pela decisiva atuação na indicação do meu modesto nome para integrar esta Academia. Ele honra a sucessão de JOSAPHAT.

LUIZ VIANNA FILHO, LUIZ NAVARRO DE BRITTO, GASPAS SADO DA NATIVIDADE, MYRIAM FRAGA, JOSÉ SILVEIRA, ALOYSIO DE CARVALHO FILHO, ANTÔNIO LUIZ MACHADO NETO, ADRIANO PONDÉ, DOM AVELAR, CARDEAL BRANDÃO VILELA, LUIS FERNANDO MACEDO COSTA, JORGE CALMON, JOSAPHAT MARINHO, ZITELMANN DE OLIVA, MAGALHÃES NETO, AFFONSO RUY, HELIO SIMÕES, GODOFREDO FILHO, THALES DE AZEVEDO, OLDEGAR VIEIRA, CARLOS EDUARDO DA ROCHA, CRUZ RIOS, LUIS MONTEIRO, JAMES AMADO, JOSÉ CALASANS, GERSON PEREIRA DOS SANTOS, UBIRATAN CASTRO, WALFRIDO MORAES, JOÃO FALCÃO, HILDEGARDES VIANA, EDIVALDO BOAVENTURA, JORGE AMADO e ZELIA GATTAI.

São acadêmicos que tiveram transversalidade com a minha vida privada ou pública, em proveitoso relacionamento pessoal.

Aqui, nesta Academia de Letras, além de ORLANDO GOMES, ALOYSIO DE CARVALHO FILHO e ANTONIO LUIS MACHADO NETO, está a *memória* de outros meus professores: AUGUSTO ALEXANDE MACHADO, LAFAYETTE SPÍNOLA, ESTÁCIO DE LIMA e ADALÍCIO NOGUEIRA.

Aqui, enfim, está a **memória** de MARIA STELLA DE AZEVEDO SANTOS, **Iyalorixá** do **Ilè Àsé Opô Afonjá**. Destacada protagonista da II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura realizada, sob minha coordenação, em junho de 1983, em Salvador.

STELLA, uma mulher que viva ou morta só queria amar, por força do seu egum, que demonstra ser um espírito evoluído, é a responsável por este momento que estamos vivendo nesta noite.

Conto:

Era noite de 20 de dezembro do ano passado. Vós, acadêmico JOACI GOES, ao cumprimentar-nos, a mim e à minha família, no vôo que de Salvador levava-nos a Madrid, fizestes um convite para que ao retornarmos da Polônia e da Hungria, na parada, novamente, em Madrid, fôssemos ao vosso encontro, lá, na casa do vosso filho, JOACI e de vossa nora, GABRIELA.

E o fizemos: ANTÔNIO BRITO, meu filho e dois meus netos FELIPE e ANTÔNIO ALI, fomos, somente, encantamento com a inexcelsável anfitriã, D. LÍDICE GOES, vossa MULHER e vossos filho e nora.

Comuniquei-vos, então, em razão de vossa condição de presidente eleito desta Academia, o falecimento de STELLA ocorrido naquele dia 27 de dezembro de 2018.

A infausta notícia chegou-me do Brasil — com a rapidez desse **tempo** de MARINA — e vos relatei todas as circunstâncias, pelas quais estive envolvido nos acontecimentos, hoje, do conhecimento público, relativamente, ao sepultamento.

Vós nada me dissestes daquilo que gestastes, naquele momento. Corajoso, destemido e obstinado, como se fostes um filho de Ogum, construístes com vossos confrades, ROBERTO SANTOS, PAULO FURTADO, FREDIE DIDIER JUNIOR e ALEILTON FONSECA este instante que, embora, não sendo o da sucessão a STELLA, permite-me, contudo, mencionar parcela da vida e da obra da saudosa acadêmica.

Era inusitado uma mulher, negra e crente da religião dos orixás ter admissão nesta Casa de cultivo das boas letras. Foi, sempre, tradicional espaço para homem, tanto que, para 193, nesses 100 anos de existência, apenas, ocorreu o ingresso de 15 acadêmicas, a partir de EDITH MENDES DA GAMA E ABREU, a primeira, em 09 de novembro de 1938.

Mas, negra e filha de orixá, somente, STELLA.

Declaradamente, aqui, está o segundo crente dessa religião a conseguir essa proeza. Tão negro quanto STELLA. Sou o **Baba Egbé** do **Ilè Iyá Omi Àse Iyámásé**, o Terreiro do Gantois, raspado e pintado por MÃE MENININHA.

Os orixás têm suas tessituras, as quais são perceptíveis, apenas, por quem os cultua. A organização que constroem para os iniciados independe da vontade humana, por isso, o meu ingresso nesta Casa teria de ser em outra vaga, porque Eles queriam que a grandeza de sua filha STELLA fosse repetidamente, enaltecida.

É um *encanto*.

Oxossi, o orixá da cabeça de STELLA, é meu *adjuntó* e é irmão de Ogum, este, meu orixá de cabeça. Formam os dois, nessa estrutura espiritual, esse *encanto*.

A mesma coragem, o mesmo destemor e a mesma obstinação que tivestes, caríssimo presidente JOACI, juntamente, com os confrades antes nominados, são os mesmos estímulos que me motivaram na disputa.

Esta Academia, por todo o exposto, é um desagravo permanente, nesta “*Cidade da Bahia*”, a agressões iguais à que este sítio sofreu, nesse outubro findo, em uma publicação, na rede social *facebook*, feita pela OM Ships International e noticiada por todos os outros veículos da mídia, segundo a qual Salvador seria “*uma cidade conhecida pela crença das pessoas em espíritos e demônios*”.

Salvador, ao contrário, é uma cidade que tem esta *Casa de Letras* que oferece a prova de ser intolerante com a intolerância religiosa; que se coaduna com o princípio constitucional da inviolabilidade da *liberdade de consciência e de crença*; *Casa* que tem sido espaço para o exercício do outro postulado da Lei Maior, segundo o qual, *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa*.

Casa de Letras onde faz medrar, com o respeito merecido, a obra da acadêmica YEDA CASTRO, preme de estudo pioneiro sobre a dimensão da interferência de línguas africanas no português do Brasil¹, bem na linha de louvores ao patrimônio histórico-cultural representado pelos terreiros de candomblé, que são destaques nos livros de VIVALDO DA COSTA LIMA² e de LIDIVALDO BRITTO³.

O exposto faz-me lembrar tia, materna, LUCILA BRITO, a Mãe Bida de Yemanjá:

— Edvaldo, meu filho, outro santo não te queria, só Ogum!

Sou intimorato, como o é Ogum, por isso, Ele e eu celebramos este instante como o de vitória do *Povo de Santo*.

Pergunte-se: quem à época de ROCHA PITTA, século XVIII, ou à época de quantos fundaram esta Academia, século XX, poderia ou poderiam imaginar este momento, em pleno século XXI? Ninguém.

O **tempo** deles é diverso do de agora.

Passou a viger, em 1º de janeiro de 1917, um novo Código Civil, estatuto das relações de direito privado, estabelecendo regras que revogaram as Ordenações (as de D. Duarte, as afonsinas, as manuelinas e as filipinas), Leis e Decretos editados pelos reis de Portugal,

¹ - cf. Yeda Pessoa de Castro. *Falares africanos na bahia (um vocabulário afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2001

² - cf. Vivaldo da Costa Lima. *A família-de-santo nos candomblés jeje-nagôs da bahia: um estudo de relações intra-grupais*. Dissertação de Mestrado. Salvador, 1977

³ - cf. Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto. *A proteção legal dos terreiros de candomblé: da repressão policial ao reconhecimento como patrimônio histórico-cultural*. Salvador (BA): Kawo-Kabiyesile, 2016.

o qual determinou que instituições tradicionais declinassem e valores, até então, aceitos perdessem a substância. Os setores da vida nacional, o econômico, o social, o político, e o moral, desenvolveram-se na linha do processo crítico denominado *secularização*, responsável pela desarticulação dos mecanismos tradicionais de controle social e pela subversão dos valores relativos à hierarquia das posições sociais.

O *tempo* de agora é o da proteção dos hipossuficientes sociais, no qual se dá justa preferência ao devedor em relação ao poder do credor no regime capitalista dos juros fixados na perspectiva da potencialidade financeira de quem é o mutuante; protege-se o trabalhador em relação ao empregador, titular do capital; prefere-se o consumidor em relação ao fornecedor, no mundo das relações jurídicas em massa.

Vós, meu caro acadêmico JOACI GÓES, bem o sabeis, porque fostes, para a felicidade da nossa baianidade, o talentoso deputado relator, na Comissão Mista do Congresso Nacional, do projeto que deu origem à lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor.

Por essas e outras, entro nesta culta associação, louvando essa *memória*, desses meus antecessores, aqui; mas, também, entro, nesta Casa, para congraçar-me com os vivos que a compõem; congraçar-me convosco, ilustres acadêmicos.

Todos são dignos do meu melhor apreço, porém, a todos peço permissão para destacar aqueles que me protagonizaram a vida, cada qual a um modo que a descrição sinóptica, aqui, seria injusta com a grandeza desse protagonismo.

LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES, meu professor de História no Colégio Estadual da Bahia, o Central.

NELSON CERQUEIRA, colega no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFBA., onde regemos juntos a disciplina Filosofia do Direito.

CARLOS RIBEIRO, MARCUS VINICIUS, LUIS ANTÔNIO, ARAMIS RIBEIRO COSTA, GERANA DAMULAKIS e ANTÔNIO TORRES, incentivadores que me encorajaram para que este momento esteja acontecendo.

JOÃO CARLOS SALLES, cultor, como eu o sou, de DURKHEIM e de WITTGENSTEIN, meu competente reitor da minha querida Universidade Federal da Bahia; FRANCISCO SENNA, JUAREZ PARAISO, ARMANDO AVENA, ilustres componentes do magistério da nossa Universidade Federal da Bahia.

JOÃO CARLOS TEIXEIRA GOMES, JOÃO EURICO MATTA, SAMUEL CELESTINO e CAPINAN, cada qual com gratas recordações universitárias.

CYRO DE MATTOS meu colega de turma, como o foi JOÃO UBALDO; formamos, agora, o trio de amigos, da mesma geração universitária, a entrar nesta Academia. Conheço-o e à sua obra, por meio século. Prosa e poesia de estilo irretocável. Deu-me, por todo este tempo, com sua família, o afeto como seiva vital que corre por todos os meus vasos energizados por essa amizade.

ROBERTO SANTOS, PAULO FURTADO, FREDIE DIDIER JÚNIOR e ALEILTON FONSECA — direi, sempre — constituíram convosco, acadêmico JOACI GÓES, este momento; por isso, as palavras jamais traduzirão o meu sentimento de gratidão a vós.

O rito de admissão, que se inicia com, pelo menos, 5 (cinco) indicações, assim, então, formalizadas, teve, sempre, a segurança do sucesso, especialmente, quando ALEILTON tomou a si, com espontaneidade cativante e com a generosidade própria da fraternidade cristã, a responsabilidade de escrever, em 05 de agosto de 2019, 06 (seis) folhas fazendo a “Defesa da Candidatura de Edvaldo Brito à ALB”. Sou-lhe, sinceramente, reconhecido.

A grandeza do ingresso nesta Academia é, também, fruto desse início solene de procedimento, no qual a seleção demonstra não ser uma simples ação entre amigos.

A minha gratidão, ao acadêmico ROBERTO SANTOS, desconhece palavras que possam expressá-la, em razão de sua resolutória participação na projeção política da minha vida e, particularmente, pelo seu decisivo apoio para este ingresso, coadjuvado pela sua filha, CRISTIANA SANTOS, *hoje*, minha querida colega e amiga, a quem, *ontem*, vi nascer.

E vós, acadêmico JOACI GÓES, de quem já fiz a inconfidência sobre a gestação deste momento... Sois, aqui, o sucessor, na cadeira nº7, de dois dos mais destacados professores da nossa famosa Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, ALOYSIO DE CARVALHO FILHO e NELSON SAMPAIO, nosso Diretor no novo prédio da Escola, construído do pé por ORLANDO GOMES e inaugurado em 26 de maio de 1961 com discurso memorável do próprio e do reitor de então, EDGARD SANTOS e com o meu, na qualidade de presidente do Centro Acadêmico Ruy Barbosa.

Vedes que essa vossa cadeira, caro acadêmico JOACI GÓES, é o protótipo da culminância dos bacharéis nesta Academia — mais de ¼ (um quarto), somados patronos, fundadores e demais membros efetivos — o que me dá a tranquilidade de o meu mister não ser tão estranho às letras, aqui, cultivadas.

É que, por muito tempo, não havia pluralismo na formação universitária, senão para medicina, engenharia civil e direito. A juventude era seduzida, às vezes, pelo grau de parentesco, para esses campos do conhecimento, da escolha de familiares. Aquele que não evidenciava vocação para ciências exatas, somente tinha espaço na área das ciências humanas. Eram os bacharéis do Recife, aqueles das nossas plagas, até que se criou a nossa Faculdade de Direito, em 1891, para graduar *bacharéis em ciências jurídicas e sociais*.

Essa tranquilidade, em mim, nesse ingresso, já é legitimada pelo Patrono da cadeira nº3 na qual me sentarei:

MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA era graduado em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal, cujos estudos jurídicos são-lhe pioneiros e remontam ao século XIII. Os seus diplomados poderiam exercer profissões jurídicas em qualquer parte do mundo cristão, até porque a grande tradição era a do ensino do direito canônico e do direito romano. Foi, então, contemporâneo de GREGÓRIO DE MATTOS, Patrono da cadeira nº2 de que foi segundo titular outro homem de formação jurídica, LUIZ VIANNA FILHO, de cujo governo, no Estado da Bahia, tive a honra de participar, com NAVARRO DE BRITTO, na gestão revolucionária da educação e cultura.

A par do exercício da advocacia, o meu Patrono foi político, eleito Vereador à Câmara Municipal de Salvador, no século XVII. Esse viés demonstra como esta Casa tem acolhido homens públicos, políticos contumazes ou não, com ou sem obstinação profissional de sucessivos mandatos. Ele e eu demonstramos atividade multifacetária, tão cara a uma Casa que, por tudo isso, é de Letras e, em consequência, aberta a quantos manejam, esteticamente, os vocábulos da língua escrita.

Não é uma Academia de Literatura.

Não é uma Academia de culto a uma produção específica de um setor do conhecimento.

BOTELHO DE OLIVEIRA, um homem de posses, usineiro, produtor de açúcar, era, também, poeta; publicou o sempre lembrado livro “Música do Parnaso”, louvadas, sempre, a sua composição “A Ilha de Maré” e a sua destreza na construção de rimas ricas:

Jaz em obliqua forma e prolongADA
A terra de Maré toda cercADA
De Netuno, que tendo o amor constANTE
Lhe dá muitos abraços por amANTE.

Estilo literário barroco, “A Ilha de Maré” bem o demonstra pelo culto à forma exagerada das ideias que revela.

O vereador à Câmara de Salvador, no século XVII, exercia mandato, porque — como o é hoje — era eleito, ainda que por um ano, pelas oitavas de Natal⁴, por um corpo eleitoral, composto dos homens bons da cidade, isto é, aqueles de maior destaque da terra ou, como o foi posteriormente, aqueles que tinham prestado serviços à causa pública.

A Câmara era constituída por um procurador e três vereadores os quais nos dias de gala ou de cortejo deveriam trajar-se, obrigatoriamente, de negro, com chapéu de plumas brancas e o procurador deveria empunhar o estandarte da instituição.

Havia vereador de *pelouro* — aqueles escolhidos pelo mencionado corpo eleitoral — e os de *barrete*, estes, eleitos pela própria Câmara quando havia vaga ocorrida no período.

MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA, meu Patrono, era de *pelouro* e exerceu o mandato de vereador várias vezes e, pelo seu destaque no verear, foi designado, em momentos diversos, respectivamente, síndico do Senado da Câmara ou Câmara, contador e juiz.

Honra-me ter, nesta Academia, padrinho vereador que postulou — como eu — o voto de um colégio eleitoral, ainda que diferente do de hoje que é formado por um *sufrágio universal*, legitimado pela *soberania popular*.

⁴ - cf. Título LXVI, do Livro Primeiro das Ordenações Filipinas, Nota de Apresentação de Mario Júlio de Almeida Costa. Lisboa. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p.154

Ambos, assim, integrantes da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, sempre, ciosa de que, pela sua atuação, passa o futuro desta cidade, como assevera o seu atual presidente, GERALDO JUNIOR.

A Câmara soteropolitana tem uma história de lutas em favor do povo desta primeira urbe brasileira, escrevendo páginas memoráveis na busca de igualdade e fraternidade para aqueles homens “remanescentes da raça indômita agrilhoada em terra estranha”⁵.

ARTHUR GONÇALVES DE SALES é o fundador desta cadeira nº2. Foi poeta, como o foi, o nosso Patrono.

Sinto-me confortável em pertencer a essa estirpe de letras, não porque eu tenha escrito qualquer verso, como ele o fez, de excelente qualidade, por isso, laureado como o melhor poeta bahiano do século XX, falecido em 1952; mas, porque, como eu, ele exerceu o magistério, por toda a sua vida e, da mesma forma que eu, em certo momento, ele conheceu, por toda a vida, dificuldades financeiras.

Os dois temos, em comum, portanto, o exercício do magistério, atividade que me mimetiza porque, na sala de aula, há mais de meio século, eu me transformo em um aluno, um pesquisador, um desafiado pela volúpia do conhecer mais e mais, diante de um infinito universo de saberes que o período vital é insuficiente para dominar.

Nada, hoje, tem força para substituir minhas quatro horas, às segundas-feiras, à noite, na transmissão dos assuntos armazenados: os meus alunos de mestrado ou de doutorado são o meu objetivo de vida, nesses 37 anos ininterruptos de atividade no ensino de pós-graduação e 45 no de graduação, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia... e aos 82 anos de idade.

ARTHUR DE SALES é autor, também, de umalouvaminha ao mar. O seu alto estilo foi elogiado por AGRIPINO GRIECO, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, ao dizer: “se toda a poética nacional se perdesse num naufrágio e só restasse ‘Ocaso do Mar’, o crítico da história, lendo-o, exclamaria: ‘Aqui viveu um grande povo’”:

O céu a valava azul e uma concha semelha
De que outra valva é o mar ouriçado de escamas
No ponto de junção, o sol –molusco em chamas
Do bisso espalha no ar a incendia centelha.

Listões de intenso anil, raias de cor vermelha,
Grandes manchas de opala, arabescos e lhamas,
Da luz todos os tons, da cor todas as gamas
Vibram na valva azul que a valva verde espelha.

Mas todo esse fulgor esmaece e se apaga.
Timido, o olhar do sol boia de vaga em vaga,
Porque uma sombra investe a sua concha enorme.

⁵ - cf. Affonso Ruy. História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2017, p.307

É a noite: como um polvo, insidiosa, se eleva.
Desenrola os seus mil tentáculos de treva:
E o sol, vendo-a crescer, fecha as valvas e dorme.

Se ARTHUR DE SALES foi considerado o melhor poeta bahiano do século XX; a sua vida — como aqui lembrado — não foi, porém, de festas, diante das dificuldades financeiras que enfrentou. Não foi pior, porque era seu amigo o, então, governador da Bahia, OCTÁVIO MANGABEIRA, fundador da cadeira nº40 e, portanto, seu confrade nesta Academia, que o amparou dando-lhe um emprego, ainda que, ao estilo de uma prebenda.

Afinal, a *fraternidade* que, aqui, é um traço característico de agremiações desta natureza, é, também, norma jurídica, com galardão de *princípio constitucional* festejado desde o *Preâmbulo* da nossa Lei Maior, que estabelece como valores supremos de uma *sociedade fraterna* a garantia do exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça.

Cada qual de nós, ao aceitar a honrosa eleição para os quadros desta instituição, deve estar imbuído de que, aqui, encontrará, sempre, o culto a esses valores; de resto já consagrados em diversos julgados da nossa Corte Maior de Justiça, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, como *princípio da fraternidade*, o direito fundamental à convivência harmoniosa entre os homens.

Este homem, um professor primário, em 1905, com pouquíssimas posses, foi um dos fundadores desta casa em 07 de março de 1917, junto com RUY BARBOSA, OCTÁVIO MANGABEIRA, TEODORO SAMPAIO, OSCAR FREIRE, CARNEIRO RIBEIRO, SEABRA, para citar alguns em situação patrimonial diferente da sua; este homem dava prova de resignação ao repetir o pensamento de GOETHE: “*da tua dor faze um poema*”.

E fez muitos poemas, à semelhança de um que é muito caro à vida cristã dos bahianos; o *Hino de Nosso Senhor do Bonfim*.

Quem nesta Bahia mística não se emociona, aos acordes trazidos pela emissão desses signos:

Glória a Ti neste dia de glória
Gloria a Ti, Redentor, que há cem anos
Nossos pais conduziste à vitória
Pelos mares e campos bahianos

Refrão

Desta sagrada colina,
Mansão da misericórdia
Dá-nos a graça divina
Da justiça e da concórdia

Glória a Ti dessa altura sagrada
És o eterno fanal, és o guia
És Senhor, sentinela avançada
És a guarda imortal da Bahia

Refrão

Aos teus pés que nos deste o direito
Aos teus pés que nos deste a verdade
Canta e executa férvida preito
A alma em festa da tua cidade.

Refrão

A alma heróica e viril deste povo
Nas procelas sombrias da dor
Como a pomba que voa de novo
Sempre abriste o teu seio de amor.

É uma composição musical religiosa elaborada para a comemoração do centenário da Independência da Bahia, em 1923, a qual, atribui ao Senhor do Bonfim as vitórias nas batalhas em que os bahianos venceram os portugueses. Tal é a sua aceitação, hoje, que colocou em desuso o hino oficial, pouco conhecido, aliás. É seu, também, um outro em homenagem a Nossa Senhora da Conceição da Praia.

ARTHUR DE SALES, na confissão que fez sobre o seu próprio *pensar* como GOETHE, desmente-se, pois, demonstra que seu *pensar* é, efetivamente, o de GABRIEL D'ANNUNZIO: "*criar com alegria*".

A *alegria*, certamente, ele a tinha para *criar* peças que resistem ao **tempo** e a sua inspiração é similar ao que está no *Livro de Jó*, incluído na Bíblia entre "*Os Livros Sapienciais*", o qual explica o sentido do sofrimento na vida humana e a doutrina da retribuição.

ELOYWALDO CHAGAS DE OLIVEIRA sucedeu a SALES, que faleceu a 27 de junho de 1952. Era poeta como o seu antecessor, ainda que engenheiro civil de profissão, a qual, aliás, nunca a exerceu.

Guardamos ele e eu, a mesma motivação na vida: o exercício do magistério. Temos, assim, semelhanças na carreira universitária. Dentre tantos títulos, ELOYWALDO acumulou os de Professor Catedrático de Estatística, Economia Política e Finanças na Escola Politécnica e de Crítica dos Princípios e Complementos de Matemática na Faculdade de Filosofia, ambas unidades de ensino integrantes da Universidade Federal da Bahia.

Autor de várias obras técnicas incursionou, também, pela literatura, em prosa e em verso e compôs um soneto a ARTHUR DE SALLES recitado nos funerais desse seu antecessor na cadeira nº3, assim, vazado:

Por entre as lágrimas do nosso pranto
e da chuva que esparge o almo cipreste
alças voo no rumo que o teu canto
de há muito abrija no páramo celeste

Minha palavra aqui no Campo Santo
de gratidão, saudosa se reveste!

No alto cenáculo que honravas tanto
teu voto derradeiro a mim o deste...

Jamais esquecerei a tua figura
talhada em nobre e vívida escultura!
Eram de bronze o fuste e o pedestal,
de oiro de lei o coração, de prata
o capitel... mas nem a morte mata
o espírito a vibrar — puro cristal!

Era passado um ano da morte de SALLES, a 27 de junho de 1953, quando ELOYWALDO tomou posse na cadeira nº3, sob a saudação da acadêmica EDITH MENDES DA GAMA E ABREU.

O recipiendário e a acadêmica incumbida da saudação eram, assim, pessoas de letras, cultivavam as humanidades, mas, não eram literatos, “ao pé da letra”. Esta característica, é própria de uma época em que as Academias de Letras eram espaços para acolhida de personalidades que se destacavam no meio social, em regra, professores universitários ou profissionais liberais de reconhecida atuação.

EDITH era famosa como conferencista e como feminista. Pai e irmão políticos inspiraram-na a candidatar-se a deputada federal, em 1934 e a estadual, em 1946, prometendo lutar pela solução de problemas da saúde pública, da educação popular, da fome, bem como dos incentivos ao trabalhador, conforme plataforma sob o título “conterrâneos”...

Como são nossos contemporâneos esses assuntos???!.

Ela era atuante na vida política o que a levou a candidatar-se a uma cadeira nesta Academia. Falecida em 20 de janeiro de 1982, essa sua cadeira acolheu como seu sucessor um outro político, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, o qual entendendo a dimensão cultural desta Academia para a Bahia doou este Solar Góes Calmon para sua sede, provendo a instituição com dotações orçamentárias. Tem o justo título de benfeitor da ACADEMIA, concedido em 27 de abril de 1992. ANTÔNIO CARLOS entra, aqui, na vocação desta Casa de cultivo da cultura bahiana em toda a sua diversidade.

EDITH — como já dito — é a primeira mulher a ingressar na Academia, como TEODORO SAMPAIO terá sido o primeiro negro e um dos poucos, até agora.

Seguramente, alguém desavisado há de sugerir preconceitos misógino e racial à Academia, se apurar — desprezando as causas — que dos seus 193 membros desde os fundadores, somente 15 mulheres, aqui, entraram e negros não chegamos ao número 10.

Desavisado será o portador desse pensamento, porque a questão é cultural: a mulher no direito romano, de onde provêm as instituições de direito privado, foi categorizada como “*alieni juris*”, por isso, sempre, subalterna ao homem — pai, marido e até filho, sucessivamente — tal como se pode identificar no Código Civil de 1916, que a arrolava entre os relativamente incapazes, ao lado dos pródigos e dos silvícolas e dependente, assim, da tutela marital para a prática de atos da vida civil. Permaneceu em tais condições

até o advento do chamado “*Estatuto da Mulher Casada*”, a lei nº4.121, de 27 de agosto de 1962 que modifica 14 artigos desse Código, alterando a situação jurídica da mulher.

Logo, não se trata de misoginia, mas, de uma realidade que veio sendo modificada no setor da organização familiar que estava influenciada por uma concepção patriarcal e que se veio transformando com o processo de desenvolvimento econômico, mudando o privatismo doméstico que infestava a nossa legislação, a qual passou a plasmar um regime jurídico de igualdade de gênero.

Esse mesmo processo de desenvolvimento veio resgatando o negro de sua subalternidade social, permitindo-lhe ascensão, ainda que de forma, indesejavelmente, lenta, a ponto de necessitar de políticas públicas de reparação dos danos históricos que sofreu, exigindo que o próprio negro tome consciência de si e dos outros em sua volta, de modo que reivindique a outorga dos seus direitos e parta para a competição em igualdade de condições.

Hoje, o processo eleitoral adotado para o ingresso na Academia ocorre em ambiente de igualdade de gênero e de etnia e já contempla o seu Quadro com YEDA CASTRO, GERANA DAMULAKIS, CLEISE MENDES, EDILENE DIAS MATOS, GLAUCIA LEMOS, EVELINA HOISEL e URANIA TOURINHO PERES, tendo preenchido as três últimas cadeiras com homens alheios ao ariano.

Pois bem: ELOYWALDO que foi, aqui, recebido por EDITH, era atuante, também, no âmbito político; assim, em 09 de março de 1956, os jornais anunciavam-no na lista dos seis nomes escolhidos pelo presidente JUSCELINO KUBITSCHEK, no início do seu governo, para dirigir a previdência social. Coube-lhe o IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

O destaque é porque este Instituto era um dos seis funcionando, desde que, em 1933, surgiu o primeiro, o IAPM, que era o dos marítimos. Todos foram unificados em 1966 no SAMPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, hoje, o popular famigerado INSS. A base da previdência social brasileira é a chamada Lei ELOY CHAVES, o Decreto Legislativo nº4.862 de 24 de janeiro de 1923 que marca o “*Dia da Previdência Social*”, por determinação do art.403 do Decreto nº83.080/1979.

ELOYWALDO não terá entrado nesta Academia, naquele tempo, porque fosse o matemático, o economista que escreveu “*Dos Números-Índices de Fisher*”; “*Métodos de Análises da Evolução Econômica*”, “*Reestruturação do Ensino Secundário Politécnico*”, “*Plano Municipalista de Reorganização Nacional*”, “*Caminhos da Redenção!*”, “*Perspectivas e Diretrizes*” ou mesmo “*A Educação Cívica e as Aspirações Nacionais*”.

ELOYWALDO terá entrado, aqui, porque, além de um homem de ciências, era, também, de letras, ou seja, das humanidades; enfim, um homem de atuação social destacada, ao modo compatível para acesso, aqui, naquele tempo, de quem aparecia, “*frequentemente, na imprensa, na cátedra, na tribuna, a voz ressoando pelas amplas audiências, em bem fundamentadas conferências*” como bem acentuou sua sucessora, ANNA AMÉLIA VIEIRA NASCIMENTO, no seu discurso de posse nesta cadeira nº3, em 26 de março de 1992.

Ora, não comparando comigo, na humildade da minha diferença, a grandeza de sua projeção, ELOYWALDO dá-me, porém, conforto em compor a cadeia sucessória desta cadeia que, por tradição, segue o perfil traçado por RICHELIEU, no seu protótipo, a ACADEMIA FRANCESA, fundada em 1635, para o cultivo da língua.

Com ele, ELOYWALDO, que, como foi dito antes, fez até poema, três poetas, contando com o Patrono, marcaram essa cadeia.

ANNA AMÉLIA VIEIRA NASCIMENTO quebra o ciclo dos poetas e me conforta, porque eu, também, não o sou. Ela foi uma historiadora de escol. O seu lado de pesquisadora não somente me encanta, também me encontra.

Curto a pesquisa.

Ninguém a supera na descrição dos detalhes: em *“O Convento do Desterro da Bahia”*, escrito em 1973, faz gosto a leitura e, como disse JOSÉ CALASANS, meu saudoso amigo que, aqui, ocupou a cadeira nº28, ao escrever o prefácio desse estudo, a, então, jovem pesquisadora “foi incapaz de trombetear escândalos [...] soube contar as ‘tensões internas’ de forma discreta, sem tentar ocultar a verdade que respigou no farto documentário consultado, fixando, conseqüentemente, com segurança, a vida de uma instituição intimamente ligada à família patriarcal brasileira, bem refletindo seus costumes, seus defeitos, suas virtudes”.

Vale o tempo de leitura desse documentário, da mesma forma que não se perderá tempo, lendo “ *‘Letras de risco’ e ‘carregações’ no comércio colonial da Bahia – 1660-1730*”, especialmente, se o leitor for advogado.

ANNA AMÉLIA é precisa, nesse trabalho, ao desvendar os métodos de comerciar do português colonial, ao explicar o fundamento da emissão das chamadas *“letras de risco e de carregações”* que eram documentos de singular natureza jurídica, ora aproximando-se de títulos de crédito, ora de contrato de concessão de crédito, pelo seu caráter de instrumento de financiamento a comerciantes.

Mas, é no seu livro *“Patriarcado e Religião: as Enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890”* que a minha antecessora nesta cadeira nº3 é exaustiva no tema das relações entre religião, economia e política como elementos da infraestrutura da sociedade da época colonial no Brasil.

Ela descreve, neste livro, como os impostos contribuíram para a decadência econômica do Convento do Desterro, obrigado a contribuir para o calçamento das ruas onde se localizavam seus patrimônios urbanos, além da *décima* adicional sobre as propriedades de mão morta.

Esse tributo — a *décima* — é o pai do atual IPTU — imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana que, até hoje, incomoda os municípes, pois se trata de uma exação inconveniente do ponto de vista econômico, tal a forma como incide sobre imóveis como se estes fossem fontes de lucro dos seus proprietários.

Horas e mais horas são necessárias para examinar a contribuição de uma obra alentada sobre a nossa História, como o é esta sob comento.

Eu o fiz.

Há, além desse meu gosto pela sua obra, um traço subjetivo que me une a ANNA AMÉLIA, embora tenha sido pessoa, com quem tive pouco contato. O traço revelador do seu caráter trouxe-me a convivência com o seu marido, JOSÉ VIEIRA NASCIMENTO, cidadão de fino trato e, especialmente, com a sua filha, minha aplicadíssima aluna na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e minha sucessora, como Procuradora Geral dessa mesma Universidade, ANNA GUIOMAR. Os dois, nesse aspecto subjetivo, aqui, exposto, mantiveram em mim, sempre, a ideia de ANNA AMÉLIA como pessoa nascida no âmbito de famílias do mais significativo espaço social, político e intelectual da Bahia.

Já disse e repito: não comparando comigo, na humildade da minha diferença em relação à grandeza de sua projeção, também, ANNA AMÉLIA dá-me conforto em compor a cadeia sucessória desta cadeira,

Esta Casa, na qual não há especialidade, pode acolher, na sucessão, nessa cadeira, imediatamente, um após outro, um engenheiro/matemático, ELOYWALDO; uma historiadora ANNA AMÉLIA e, em seguida, novamente, um engenheiro/especialista em culinária, GUILHERME RADEL e, agora, um homem de letras jurídicas, que sou eu.

GUILHERME RADEL é este engenheiro/especialista em culinária. Eleito no dia 05 de junho de 2014, tomou posse em 09 de outubro de 2014 com interessante discurso proferido de improviso, quebrando aí, uma tradição dos textos, no que foi seguido pelo discurso de recepção, também, de improviso, proferido pelo acadêmico JOACI GÓES que, coincidentemente, é quem, para minha honra, também me recebe.

Então, de logo, encontro traços de união entre mim e o meu sucedido: somos recipiendários do mesmo confrade; somos professores de unidades de ensino integrantes da Universidade Federal da Bahia — ele professor na Politécnica e eu no Direito, ambos *Professores Eméritos* dessa instituição de ensino superior — e, afinal, tenho a responsabilidade de ter sido professor do seu filho, JULIO, aqui presente, colega de meu filho EDVALDO, no curso de Direito.

Somos, RADEL e eu, conhecedores da cozinha africana, nele revelada pela pesquisa; em mim, pela ingestão diária desses alimentos cuidados, magnificamente, por minha mãe, D. EDITE e, às vezes, obtidos na confecção majestosa da cozinha do terreiro de candomblé.

RADEL foi o maior engenheiro sanitarista da Bahia, em todos os tempos, e, muito provavelmente, o que projetou e coordenou o maior número de obras nessa área fundamental para a saúde dos povos em todo o Continente Americano. Disso é prova sua presença marcante nas obras que empreendeu na Bahia, na maioria dos Estados brasileiros e em vários países da América do Sul, ao longo dos últimos sessenta anos.

São de sua lavra quatro livros de impressão, luxuosamente, cuidada e de conteúdo de grande valia: *A cozinha sertaneja da Bahia*; *A cozinha praiana da Bahia*; *A cozinha africana da Bahia*; *A doçaria da Bahia*.

Essas primorosas publicações trazem, além, de centenas de receitas de comidas, em cada um desses mencionados campos da degustação, valiosas informações sobre o mar e o litoral bahianos; sobre antropologia, história, sociologia, geografia, religião e economia; dentre tantas outras do conhecimento humano.

Suas letras têm incursão no teatro com *A partida*, drama em dois atos; assim como no romance, com o livro *A longa viagem*. O seu gênero literário das memórias produziu *Mamãe e eu no paraíso* e *80 casos vividos*.

O magistério superior deu-lhe oportunidade de demonstrar, além de sua sapiência, também, o seu destemor. Foi o presidente fundador da Associação dos Professores Universitários da Bahia (**APUB** Sindicato), em circunstâncias que evidenciam a sua intrepidez e servem de alerta para que se repudiem, hoje, as tentativas de reedição de atos oficiais de desrespeito ao Estado Democrático de Direito.

São catastróficas as páginas da História da humanidade escritas por “*homens fortes*”. A democracia só incomoda a eles que são mal formados de sentimento de liberdade, sobretudo da liberdade alheia.

Eis o fato:

RADEL tinha concluído uma aula de sua disciplina, HIDRÁULICA, na Escola Politécnica e se dirigia ao estacionamento de veículos automotores, quando dois agentes do arbítrio, a serviço do autoritarismo que grassava no país, estavam molestando um estudante, com o propósito de conduzi-lo à força, para os porões similares aos “*campos de concentração*”.

RADEL reagiu, à semelhança de outros bravos professores universitários, — como o fez, em outras circunstâncias, CALMON DE PASSOS — buscando impedir a aleivosia. Mas, sentindo-se impotente para sozinho afastar os áulicos ditatoriais, correu até o interior do prédio a procura de socorros junto a colegas que se encontravam reunidos e todos, inclusive alunos, atenderam-no, indo proteger o estudante molestado, fazendo com que os cortesãos do autoritarismo partissem em disparada, típica da covardia do injusto.

RADEL, então, liderou a reação do corpo docente a tais incursões ofensivas à autonomia universitária, promoveu reuniões de seus colegas, disto resultando, em 6 de agosto de 1968, a fundação da **APUB**, objetivando a redemocratização do país e o fortalecimento do ensino das universidades públicas federais.

Mais uma identidade entre mim e ele: a ojeriza a esse movimento praticado por aqueles que desvirtuaram a outorga recebida da Nação para as nobres funções de manutenção da segurança pública, por isso, um comportamento, sempre, passível do justo opróbrio de quantos temos memória dos horrores perpetrados contra a liberdade.

Pois bem:

Tentei, até aqui, desenvolver a idéia síntese de minha resposta a MARINA, minha neta de nove aninhos, criança de uma geração das rupturas, a qual é levada, por isso, a jogar todas as cartas no *empoderamento digital*.

É criança que enfrentará, nessa realidade *virtual*, a anunciada extinção de 54% (cinquenta e quatro por cento) dos empregos formais até o ano de 2026 o que corresponde a 30 (trinta) milhões de vagas.

É criança de um país onde a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais constituem, por mandamento constitucional, objetivos da República e da Federação brasileiras e, por isso, vale lembrar que na região Nordeste grande parte das famílias não tem acesso à *Internet*, porque somente 56% dos prédios estão conectados, a exemplo da Bahia onde 40% dos lares não possuem conexão, seja pelo alto preço dos serviços dos provedores; seja porque eles só se localizam em áreas nobres quanto à demanda e, por isso, até a elas não se estendeu a oferta desses serviços tecnológicos.

Este cenário exige a reflexão e a ação de todas as *forças reais de poder da sociedade civil*, aliadas às políticas públicas para, de modo integrado, capacitarem e qualificarem crianças e jovens a serem preparados para usarem a tecnologia em prol da humanidade.

A criança MARINA é bem o símbolo dos novos tempos que convidam esta Academia, uma dessas *forças reais de poder da sociedade civil*, a manter-se advertida em relação a esse *empoderamento digital*, pai do “*robocalíptico*”.

Digo manter-se, porque esta Academia já reformulou seu Regimento, inserindo, no Título Primeiro, os Capítulos Décimo Segundo e Décimo Terceiro, que disciplinam a sua atuação nesta era da *Informática*.

Tentei, até aqui, explicar aos outros netos queridos, FELIPE, PAULA, ANTÔNIO ALI e LAILA que as minhas noras me presentearam, inclusive com o afeto filial de LEILA — e, agora, falo de jovens — explicar a eles o porque se encontram nesta solenidade: estão, aqui, para exercerem a função de testemunhas de como o avô busca ser digno do AMOR que eles lhe dedicam e que é recíproco, na medida em que esse avô, em cada uma de suas atividades sociais, preocupar-se com eles e com todos aqueles de sua faixa etária, neste ambiente social, sempre, em transformação, especialmente, no campo econômico, no qual, a cada *planejamento*, põem-se em risco direitos humanos fundamentais, em nome de um *desenvolvimento* que está sendo incapaz de promover o *bem-estar social*.

Bom que esta *Casa* não está alheia ao último desses *planos*, há pouco entregue, pessoalmente, pelo presidente da República no Congresso Nacional.

É que os acadêmicos ARMANDO AVENA e JOACI GÓES são autores de dois comentários publicados, respectivamente, em A TARDE e na TRIBUNA DA BAHIA, por coincidência, do mesmo dia (07.11.2019), externando opiniões proveitosas para um debate, aqui, sobre a verdadeira função dos Municípios sob a ótica dos objetivos republicanos e federativos, acima mencionados; até, na perspectiva da geração “*nem nem*”, isto é, *nem* estuda *nem* trabalha, já atingindo na Bahia, 30% (trinta por cento) da população, ou seja, quase um

milhão de pessoas, pelo que a conclusão do acadêmico AVENA é a de que “*aí está boa parte dos motivos que explicam a criminalidade e o uso crescente de drogas*”.

Tentei, até aqui, observando a aprovação comunitária, continuar oferecendo aos meus dois filhos, EDVALDO e ANTÔNIO o exemplo permanente de dignidade, como único bem que lhes transmito como herança.

Tentei, até aqui, provar que o *afetivo é o efetivo na vida*, porque, assim, ambos convivemos sob as bênçãos das divindades, nesses 59 (cinquenta e nove) anos, como cônjuges-amorosos ou como amorosos-cônjuges, eu e a amada REGINALDA; ela, a quem, sempre, defino como a *solidariedade em figura de gente*, com os consanguíneos e com os afins. Por isso, sou forte.

Tentei, até aqui, ser agradecido pelo apoio dos meus auxiliares, todos representados pela memória dos quase 50 anos de assessoria e amizade do pranteado CLAUDELINO MIRANDA; pela presença dos quase 40 (quarenta anos) de ajuda de ILZA PINTO DOS SANTOS, 15 (quinze anos) de GUILHERME RODRIGUES DOS SANTOS, 10 (dez anos) de JOSILANE DOS SANTOS SODRÉ DA CONCEIÇÃO e de ROBERTO MACEDO; 06 (seis) anos de CARLOS HENRIQUE SOUZA COSTA; todos eles representando tantos quantos, aqui, não nominados, porém, incluídos nesses agradecimentos, como se estivessem seus nomes, expressamente, neles.

Tentei, até aqui, ser digno, caríssimos confrades, dos vossos aplausos de amigos ou de valorosos eleitores que me honraram com o sufrágio e, agora, com a presença nesta solenidade.

Tentei, até aqui, justificar o porque do atrevimento de querer sentar-me ao vosso lado, digníssimos confrades, por entender, sobretudo, que será preconceito, filho da ignorância quanto à História desta Casa de ARLINDO FRAGOSO, supor que ela seria, apenas, cenário de reuniões vespertinas para discussões abstratas sobre a coisa nenhuma; discussões alheias — como o faria a avestruz — à tempestade que ocorre em sua volta e que reclama diálogo construtivo através de todos os mecanismos sociais de uma Nação que clama pela concórdia para a preservação dos mais importantes valores, sempre, cultivados nesta Academia.

Entro, aqui, com a história de quem vem enfrentando essa tempestade, a partir da mais desafiante que é a sua própria existência, tendo de sobreviver, desafiando a adversidade que tem sido a sua própria vida.

Queridos confrades, entro, aqui, na nossa Academia, nesta época desse *empoderamento digital*, causador da proscricção dos galicismos, mas, produtor dos anglicismos *internet, facebook, facetime, waze, messenger, instagram, twitter, story, startup, e-mail, whatsapp* e, até, “Prof. Dr.” *Google* que é, desgraçadamente, o contemporâneo pesquisador universitário.

Entro, aqui, queridos confrades, confiado em que comungarei, com todos e com cada qual de vós, sem exceção, no lema desta nossa Academia:

PRESERVAR A MEMÓRIA CULTURAL BAHIANA

Tentei, até aqui, não perder a proteção de forças cheias de energia positiva, como a de JOÃO, meu pai e, sobretudo, as de D. EDITE, minha mãe, que me abençoa, permanentemente; por certo, ao ver que não me afastei do seu conselho: “EDVARDO, MEU FIO, TU ESTUDA PARA SER UM GRANDE HOMEM”.

Eis, aqui, vosso filho, entregando-vos mais este troféu: TOMAI, ELE É VOSSO.

Salvador, 29 De Novembro De 2019
Edvaldo Pereira De Brito